

MODELO DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE: ESTUDO DE CASO DA REFORMA CURRICULAR NA NUTRIÇÃO

MODEL OF PARTICIPATORY EVALUATION AT HEALTH
EDUCATION: CASE STUDY IN THE CURRICULUM REFORM
OF A NUTRITION COURSE

Marcia Giraldez Evald

Mestranda - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Universidade Federal do Rio de Janeiro
mgiral@gmail.com

Yansy Orrillo

Mestranda - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Universidade Federal do Rio de Janeiro
yansy.delgado@gmail.com

Suzana Caniné

Mestranda - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Universidade Federal do Rio de Janeiro
su.canine@gmail.com

Fernanda Portronieri

Professora - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Universidade Federal do Rio de Janeiro
nutrisfer@yahoo.com.br

Paula Ramos

Professora - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Universidade Feder
al do Rio de Janeiro
paularamos.ufrj@gmail.com

Gustavo Figueiredo

Professora - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Universidade Federal do Rio de Janeiro
gfigueiredo.ufrj@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta resultados encontrados no percurso de construção de um modelo de avaliação participativa que possa ser utilizado como instrumento para facilitar processos de reforma curricular na educação Superior em Ciências e Saúde. Aqui, apresentamos resultados parciais e reflexões coletivas provenientes de um estudo de caso longitudinal da reforma curricular no curso de graduação em Nutrição de uma Universidade Pública Federal com ênfase no processo de interação social para a construção coletiva de uma nova matriz curricular e na reflexão sobre as práticas pedagógicas docentes. A pesquisa se insere na interseção entre as áreas de políticas, currículo, planejamento e avaliação educacional. Fundamentado no campo da educação em ciências e saúde, o estudo dá ênfase na qualidade da educação e na articulação do enfoque teórico-metodológico da pesquisa-ação com a abordagem democrática da pesquisa participativa que, na América Latina, vem sendo denominado de Investigação-Ação-Participação. Os sujeitos de nosso estudo (n=14) constituem uma comissão responsável pela reforma curricular que vem sendo desenvolvida no curso. Para investigar o processo vivenciado pelo grupo, foram analisadas as anotações dos diários de campo, a transcrição dos áudios das reuniões da comissão, dados preliminares de questionários e entrevistas realizados com alunos e professores e dados do contexto. A construção de um diagnóstico da formação da graduação em saúde e a elaboração de estratégias para enfrentamento dos principais problemas do currículo de formação cria as condições coletivas e participativas capazes de melhorar a qualidade do ensino e fortalecer as ações do núcleo docente estruturante. Por fim, acreditamos que os resultados deste estudo de caso e a análise desta experiência poderá subsidiar outros processos de reforma.

Palavras chave

Avaliação participativa, Educação superior, Reforma curricular, Educação em Saúde, Modelo.

Abstract

This paper seeks to develop a participatory evaluation method that can be used as an instrument to facilitate curricular reform processes in Higher Education in Science and Health. Here we present partial results and collective reflections from a case study of the undergraduate course in Nutrition of A Federal Public University with emphasis on the process of social interaction for the collective construction of a new curricular matrix and the reflection on the pedagogical practices of the teachers. The research is inserted in the intersection between the areas of policies, planning and educational evaluation with curriculum studies. The study is part of the field of education in science and health, with emphasis on the quality of higher education in health and is based on the theoretical-methodological approach of action research integrated to participatory research in Latin America has been called Research- Action-Participation. One of our objectives is the construction of a model / method of evaluation that contributes to the reflection on the quality of undergraduate training and to subsidize processes of planning and implementation of curricular reforms in courses in the health area. The subjects of our study (n = 14) constitute a commission responsible for curricular reform that has been developed in the course. In order to investigate the process experienced by the group, field diary annotations, transcription of meeting audios and preliminary questionnaire data and interviews with students and teachers were used. The construction of a diagnosis of health graduation training and the elaboration of strategies to address the main problems of the training curriculum creates the collective and participatory conditions capable of improving the quality of teaching and

strengthening the actions of the structuring teaching nucleus. Finally, we believe that the results of this case study and the analysis of this experience may support other reform processes.

Key Words

Participatory Evaluation; Higher education, Curriculum Reform, Health Education, Model.

Introdução

Este trabalho traz a reflexão sobre o processo de desenvolvimento de um modelo de avaliação participativa com objetivo de que possa ser utilizado como instrumento para facilitar processos de reforma curricular na educação superior em ciências e saúde. Apresentamos resultados parciais e reflexões coletivas provenientes de um estudo de caso longitudinal do curso de graduação em Nutrição de uma Universidade Pública Federal com ênfase no processo de interação social para a construção coletiva de uma nova matriz curricular e a reflexão sobre avaliação e a prática pedagógica dos docentes.

Em um cenário mundial de grandes transformações com acelerado ritmo de desenvolvimento da ciência e tecnologia com diferentes arranjos econômicos entre países, as sociedades contemporâneas vêm enfrentando novos desafios, que provocam mudanças nos rumos na educação e no currículo para formar um profissional de saúde capaz de atuar em um cenário de grande complexidade, incerteza e constantes mudanças (GESSER e RANGHETTI, 2011). Buscando superar esses desafios, nas últimas décadas, grande parte do mundo ocidental, inclusive a América Latina, passou por uma série de reformas educacionais que resultaram na reformulação das políticas curriculares em diferentes graus de ensino (Moreira, 2000; Lopes, 2008). No bojo dessas transformações, o Brasil vem incorporando os debates na fronteira do conhecimento e promovendo o desenvolvimento do campo da política e avaliação educacional.

Especificamente, em relação ao ensino superior na área da saúde, Braid et al. (2012), ao realizarem uma revisão da literatura no campo, verificaram um interesse acadêmico sobre o movimento de mudanças nas Instituições de Ensino Superior (IES) – fomentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Essas pesquisas, em geral, apresentam questionamentos quanto aos currículos disciplinares, às metodologias de ensino e à dicotomia entre teoria e prática. No contexto brasileiro, um marco importante foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996, o Ministério da Educação propôs uma reforma educacional em todos os níveis. No âmbito do Ensino Superior, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), cujo objetivo é promover orientações para elaboração de currículos que deveriam ser adotados pelas instituições de ensino superior. De modo geral, as DCN dos diferentes cursos de graduação têm em comum o fato de compreender a educação superior como um processo de formação inicial, que deverá ser contínuo e fundamentado na teoria e na prática (BRAID et al., 2012).

Embora seja inegável esse movimento recente de mudanças curriculares – caracterizado pelo reconhecimento da necessidade de potencializar estratégias de ensino-aprendizagem que integrem teoria e prática, que reforcem a vivência e a aprendizagem ativa e colaborativa – diversas pesquisas apontam as dificuldades de concretizá-lo na prática. Segundo Braid et al. (2002), a maioria das instituições de ensino superior permanece reproduzindo o modelo tradicional de ensino que, no caso da saúde, é representado pelo modelo biomédico e cartesiano.

Ronzani (2007), ao analisar o cenário das reformas curriculares na saúde, identifica as crenças e representações do profissional de saúde em relação ao novo currículo de formação. A resistência docente às transformações provocadas pelas reformas também foi apontada por Nozawa et al (2003) e Costa (2007) como um importante desafio a ser superado. Mas seria esta resistência uma forma de comunicar desconforto provocado pela reforma em processo?

Acreditamos que o modelo de avaliação participativa possa funcionar como instrumento metodológico para rearticulação de relações interpessoais, para mediação nas disputas de poder, contribuir na redefinição de tempos e no diálogo necessário à repactuação de espaços. O Modelo pretende estimular a participação do corpo social no processo de reforma e mediar as disputas entre campos de saber, disciplinas, grupos, etc. Tudo isto requer um fluxo de comunicação ininterrupto e permanente diálogo com docentes, alunos e técnicos que compõem o corpo social da instituição. Estamos acompanhando a reforma curricular do curso de nutrição com o objetivo de mapear discursos, necessidades e demandas identificadas ao longo do percurso. Estamos acompanhando este processo desde 2014 em nosso estudo de caso.

Currículo na Educação Superior em Saúde

A concepção de um currículo crítico fundamenta-se no princípio de que o indivíduo é agente ativo de seu próprio conhecimento. Isto é, ele constrói significados e define sentidos de acordo com a representação que tem da realidade, a partir de suas experiências e vivências em diferentes contextos. Estas representações sobre a realidade, no entanto, estão constantemente abertas a mudanças e suas estruturas formam as bases sobre as quais novos conhecimentos são construídos. Esse pressuposto assume a perspectiva de que o processo de formação tem como eixo fundamental o pensamento crítico e produtivo, e parte do conceito de atividade consciente, em que a ação intencional do aluno, na resolução de problemas do mundo real, nas instâncias: técnica, interpessoal, política e social é construída a partir de uma gama de conhecimentos, habilidades e atitudes que ele articula, mobiliza e usa, quando se depara com um desafio que precisa ser resolvido no exercício de sua atividade. .

Considerar o currículo como parte de uma construção histórico-cultural, é compreendê-lo como uma seleção intencional de conhecimentos (dentro de um universo mais amplo) que reflete interesses de grupos dominantes em determinado contexto (MACEDO, 2006; MOREIRA e CANDAU, 2007). Currículo, assim, é também uma questão de poder em que estão em jogo diferentes campos de ação e interesses em disputa. Com essa perspectiva, nosso projeto está baseado em dois principais pilares: o conceito de currículo como práxis de Sacristán (2000) e a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball (1994).

O conceito de “currículo como práxis” (SACRISTÁN, 2000), ancora-se na idéia de práxis educativa, isto é, na relação entre prática e reflexão na educação. A práxis educativa se desenvolve a partir de uma intenção/reflexão específica e da ação concreta e transformadora da realidade no contexto das relações humanas determinadas pela organização da sociedade (SAVIANI, 1989; SCHMIED-KOWARZIK, 1988). Nesse sentido, Sacristán (2000) se baseia em Grundy (1987) para defender que o currículo deve constituir uma prática apoiada pela reflexão enquanto práxis, sendo construído em um movimento constante e cíclico entre o refletir e o atuar, em um processo que envolve o planejamento, a ação, a avaliação tudo integrado por uma espiral de pesquisa-ação. (Sacristán, 2000).

Nessa perspectiva, considera-se o currículo como um campo prático complexo, composto por diferentes subsistemas que se relacionam, incorporando ações de ordem política,

administrativa, de supervisão, de produção de meios etc. Esse campo prático possui uma existência real que a teoria deve tentar explicar e esclarecer e, esta por sua vez, irá subsidiar intervenções sobre a prática. Forma-se assim uma espiral entre ação e reflexão que configura o campo do currículo. Partindo desses pressupostos, consideramos de fundamental importância construir um modelo de análise do curso que inclua a necessária articulação entre ação e reflexão sobre o contexto de estudo.

Constitui-se um desafio a construção de um currículo crítico diante do panorama contemporâneo, no qual parece cada vez mais difícil desenvolver um curso que possa realmente integrar o desenvolvimento de atributos cognitivos e psicomotores à interpretação do contexto histórico-social e ao desenvolvimento de competência emocional. Adiciona-se a este fato, a necessidade de um currículo integrado ao sistema de saúde vigente, em que se possa desenvolver também atitudes frente aos complexos problemas da realidade. É também um enorme desafio oferecer metodologias que estimulem a busca de novos conhecimentos pelo aluno. Deste modo, uma orientação mais importante que ofertar todos os conteúdos é oferecer aportes teóricos e estratégias metodológicas, em uma perspectiva interativa, que motive o aluno à busca de conhecimentos e o estimule a resolver desafios.

Contexto de Influências no Ciclo da Política

A abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball (1994) contribui para caracterizar essa dimensão teórica e prática do currículo como sendo constituído por diferentes instâncias que se inter relacionam. Assim, o ciclo de políticas (Ball, 1994), segundo pilar desta proposta, oferece um importante arcabouço, amplamente utilizado como referencial teórico-analítico no campo educacional e tem como origem os estudos sobre política curricular inglesa dos anos 1990 (MAINARDES, 2006; OLIVEIRA e LOPES, 2011). Essa abordagem enfatiza as relações entre propostas curriculares e o modelo de produção econômica vigente, por meio de um ciclo contínuo de políticas curriculares, composto por três contextos – semelhantes aos subsistemas identificados por Sacristán (2000) – sendo eles: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Estes contextos são inter-relacionados, sem, no entanto estabelecerem entre si uma relação temporal, sequencial e linear. Segundo Mainardes (2006), cada um desses contextos envolve disputas e embates entre diferentes lugares e grupos de interesse. Assim, esta relação envolve processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas (MAINARDES, 2006).

O “contexto de influência” é o mais amplo, onde os discursos políticos começam a ser construídos e as políticas públicas iniciadas. Travam-se aí disputas entre diferentes grupos de interesses para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Participam desse contexto arenas públicas de ação e influências globais e internacionais para formar um discurso de base para a política. Em relação simbiótica com esse contexto, o “contexto de produção de textos políticos” assume como foco a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam a política, e se materializam em textos legais oficiais, pronunciamentos, vídeos etc. Os efeitos e as consequências desses contextos se refletem no “contexto da prática” – representado por escolas, salas de aula, disciplinas escolares etc. Para o autor, a questão central é que as políticas não são simplesmente implementadas dentro desta arena (contexto da prática), através de um processo passivo e acrítico, mas estão sujeitas a interpretações e recriações, produzindo efeitos e

consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original (MAINARDES, 2006).

As instâncias do contexto da prática não são apenas implementadoras de orientações previamente estabelecidas, mas participam de forma atuante na produção das políticas curriculares. Tais grupos atuam difundindo discursos que recontextualizam orientações políticas do poder central e, assim, permanecem construindo tais políticas. Resistência?

Método

Esta pesquisa se fundamenta no enfoque teórico-metodológico da pesquisa-ação (Action-Research) integrada à pesquisa participativa (Participatory-Research), que na América Latina tem sido denominado de Investigação-Ação-Participação. (FALS BORDA, 1987, 1999; FREIRE, 1997, 2011, 2014; BALCÁZAR E FABRICIO, 2003; FIGUEIREDO, 2015).

A pesquisa-ação-participação fundamenta o modelo de avaliação participativa que estamos desenvolvendo. Nosso estudo de caso é realizado em parceria com docentes e alunos do Instituto responsável pelo curso de graduação em nutrição da Universidade Pública que estamos pesquisando. Nesta universidade são oferecidas 90 vagas por ano para ingressantes no curso de graduação em nutrição. A duração do curso é de oito semestres e é cursado em período integral. O currículo do curso é composto por disciplinas teóricas, práticas e por estágios supervisionados. Os professores do curso se organizam nos seguintes departamentos: Nutrição e Dietética (DND), Nutrição Básica e Experimental (DNBE), Nutrição Social e Aplicada (DNSA)

Os sujeitos de nosso estudo fazem parte do corpo social desse curso, selecionados porque integram a comissão de reforma curricular que vem conduzindo a criação e a implementação do novo currículo de graduação. Esta comissão é composta por 14 pessoas (n=14) sendo uma técnica de assuntos educacionais (n=1), Docentes representantes dos três departamentos que compõem o instituto (n=10); pesquisadores da área de educação em saúde (n=3) e uma representante discente (n=1). Este grupo vem sendo acompanhando desde 2014 quando o processo desta pesquisa-ação se iniciou. Há uma agenda intensa de reuniões para mobilizar as forças necessárias à um processo de reforma curricular em uma universidade pública, democrática e autônoma.

Para investigar o processo vivenciado pelo grupo, foram utilizadas anotações em diários de campo, a transcrição de áudios das reuniões e dados preliminares das pesquisas realizadas com alunos e professores. Este é um estudo de tipo qualitativo, onde os dados são construídos com os sujeitos num processo de interação longitudinal mediado pelo objetivo de se realizar uma reforma curricular e simultaneamente produzir novas práticas educacionais e novos saberes científicos. Deste modo, apresentaremos nossos resultados na forma de análise dos desafios que vêm sendo enfrentados pelo grupo ao longo do processo de reforma nestes 3 anos que estamos acompanhando o processo por meio desta pesquisa.

Resultados: Avaliação Participativa e Reforma Curricular

A pesquisa é longitudinal e está em andamento desde 2014, portanto, já é possível refletir sobre alguns resultados: i) Estamos desenvolvendo coletivamente um modelo teórico-metodológico de avaliação participativa, com a intenção de que possa ser modulado e adaptado às necessidades de outros cursos da área da saúde e isto só é possível por se tratar de um estudo

longitudinal; ii) Os instrumentos (questionários e roteiros de entrevista) foram validados com o corpo social da instituição. As dimensões que estamos avaliando são: 1) infra-estrutura do Instituto; 2) mecanismos de gestão do curso; 3) projeto político-pedagógico; 4) método pedagógico usado nas disciplinas; 5) qualidade dos professores e preceptores; e 6) resultados alcançados no desenvolvimento de competências para o trabalho do nutricionista; iii) A abordagem participativa está sendo desenvolvida por meio da interação e do diálogo dos sujeitos deste estudo, mas também de outros atores do corpo social convidados a participar da construção e/ou validação dos instrumentos de pesquisa. Também devemos considerar que esta participação se dá na própria assessoria técnica dos pesquisadores à comissão de reforma curricular.

Por outro lado, a avaliação é também uma ferramenta para conhecer o que está sendo trabalhado durante o curso, trazendo à luz a realidade específica dos conteúdos de cada categoria profissional, neste caso, a nutrição. Neste processo de reforma curricular já foi possível identificar 7 etapas: 1) problematização e identificação das principais questões da formação em Nutrição; 2) discussão sobre a matriz curricular em vigor e a proposição de elementos para a nova matriz; 3) aprofundamento da discussão e proposição de uma nova matriz; 4) validação social da nova matriz junto a alunos e professores de todos os departamentos; 5) apresentação e debate sobre a matriz em evento interno de planejamento estratégico da IES; 6) reuniões da Comissão com cada departamento para organização das ementas pelos professores; e 7) reorganização da matriz curricular.

A experiência que estamos acompanhando e o modelo que estamos desenvolvendo vai na contramão da perspectiva neoliberal e reafirma a ideia de participação como elemento indispensável às relações políticas que disputam o espaço público. Esta experiência nos mostra um confronto crítico entre modalidades de avaliação (mais) formativas versus modalidades de avaliação (mais) seletivas ou socialmente discriminatórias, fruto de práticas políticas autoritárias e hierarquizadas. Podemos-se considerar que os princípios norteadores expressos na nova matriz curricular são: a) integração entre teoria e prática; b) inserção precoce nos cenários de prática; c) flexibilidade para permitir a escolha pelos alunos do seu percurso de formação; e d) integração entre as disciplinas teóricas, por meio das atividades práticas.

Há necessidade de avaliação das disciplinas, do perfil do ingressante e do egresso pois esta é uma demanda recorrente dos alunos evidenciada nas críticas sobre a condução pedagógica das disciplinas, as inadequações de conteúdos programáticos e ementas justificando a urgência de uma reforma curricular, mas também, a precariedade da infra-estrutura das salas de aula e laboratórios. Vale ainda ressaltar que a avaliação, inicialmente, não tem em si potencial transformador, restringindo-se a um diagnóstico, sem necessariamente desencadear intervenções. Ao considerá-la um processo participativo, e adjetivá-la, no entanto, a avaliação assume o um potencial transformador.

Na literatura encontramos outras diversas abordagens similares à esta que estamos denominando Modelo de *Avaliação Participativa* e acreditamos que em cada época seja necessário reforçar um aspecto específico desta participação. As concepções próximas às nossas que identificamos foram: avaliação formativa (SCRIVEN, 1967), avaliação emancipatória (SAUL, 1985), avaliação mediadora (HOFFMANN, 1993), avaliação qualitativa (DEMO, 1987), avaliação dialógica (ROMÃO, 1998). Todas elas têm em comum o fato de que elas pressupõem um acompanhamento longitudinal do processo.

Nesta abordagem, formativa, de avaliação, avalia-se para conhecer, refletir, dialogar e agir. Admite-se a avaliação como um processo. Romper com as tendenciosidades das práticas

avaliativas exige criatividade e criticidade de novos modelos que estimulem a produção de práticas inovadoras. As mudanças advindas da avaliação consistem na adoção de novas práticas em face de aspectos não desenvolvidos ou dificuldades sinalizadas. A inovação, por sua vez, implica intervenção deliberada que modifica a essência. Ambas, no entanto, implicam ruptura paradigmática em uma perspectiva emancipatória. De acordo com CUNHA (2006), “[...] os processos de emancipação são estimuladores de intervenções compromissadas com as rupturas que atuam no sentido da mudança. Não são medidos pelo tamanho e abrangência, mas sim pela profundidade e significado que têm para os sujeitos envolvidos.” (CUNHA, 2006, p. 17). As inovações pressupõem ação coletiva e, nessa perspectiva, para que se efetivem, faz-se necessário gerar um clima democrático e espaços para o pensar e o fazer reflexivo, de modo a predispor as pessoas para a indagação e a emancipação.

Considerações finais

Os resultados deste estudo de caso e a análise desta experiência subsidiará a construção de um modelo teórico de avaliação participativa que aporte fundamentos para outros processos de reforma curricular de cursos de graduação na área da saúde. Será possível fazer o diagnóstico da formação em graduação do Curso de Nutrição, elaborar as estratégias para enfrentamento dos principais problemas do currículo, criar as condições coletivas e participativas capazes de melhorar a qualidade do ensino, além de, fortalecer as ações do núcleo docente estruturante.

O desafio que se coloca a um modelo que se pretende participativo e democrático não é, naturalmente, ficar contra a avaliação, mas resistir aos métodos silenciadores com que ela vem sendo às vezes realizada. Resta-nos lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação do que da domesticação. Avaliação em que se estimule o *falar a* como caminho do *falar com* (FREIRE, 1996).

A avaliação pode ser vista como um caminho para inovações curriculares no ensino superior. Transformações e reformas na educação são lentas, pois necessitam romper com tradições que se constituem coletivamente num contexto de influência política em que disputam espaço diferentes visões de homem, mundo, sociedade, educação e conhecimento sendo, pois, necessário, acomodar as diferenças. Estamos de acordo com Freire (1996) quando afirma que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica e que muitas vezes os modelos pedagógicos tradicionais dominantes são reproduzidos e aplicados de forma acrítica em cursos e propostas curriculares que se autodenominam inovadoras, mas que a despeito das inovações técnicas reproduz teorias, métodos e valores conservadores. Assim, um dos aspectos que se há de aprofundar é exatamente o contexto político em que o modelo teórico é efetivamente aplicado.

As reformas curriculares implicam modificações duradouras para os sujeitos e é necessário que seja concedido tempo para reflexão; para este olhar-se no espelho provocado pela avaliação. A resistência que se encontra nem sempre é discordância, mas quase sempre, falta de comunicação. Parece ser natural que a mudança para um novo desconhecido provoque medo e ansiedade. A comunicação e as relações interpessoais são fundamentais neste contexto de influências no ciclo da política institucional. O diálogo parece ser fundamental para o sucesso do modelo. É preciso garantir tempo para os encontros entre os docentes, destes com os alunos, e dos alunos entre si. Nada acontece sem que se assegure um ambiente harmônico para que se façam as conversas necessárias para fazer os ajustes necessários: identificar fragilidades, fomentar potencialidades e desencadear uma disposição em direção à inovação. Ainda que

tenhamos a consciência de que é no cotidiano que o hábito autoritário das relações hierárquicas se estabeleça, seguimos na luta pela construção de novos modelos que favoreçam o diálogo, a participação e a democracia nas escolas públicas.

Por isso que no caso em questão permanece a convicção de que entre certezas e incertezas, a reconstrução de uma matriz curricular é um processo complexo e rigoroso, mas ao mesmo tempo é edificante, pois, pode constituir a diferença, na perspectiva das Instituições contribuírem efetivamente para a transformação. Entretanto, é preciso reconhecer que todo o projeto em curso não garante que a implantação da reforma vá ocorrer de acordo com os princípios identificados e que outras ações deverão ser desenvolvidas, em concomitância à construção da matriz, a fim de possibilitar as mudanças necessárias na formação

Agradecimentos

Agradecemos ao corpo social do Instituto de Nutrição, especialmente aos docentes que integram a equipe do nosso projeto de pesquisa-ação-participação.

Referencias bibliográficas

AFONSO, A. J. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional**. Braga: Universidade do Minho, 1998.

BALCAZAR, F. E. **Investigación Acción Participativa (IAP): Aspectos conceptuales y dificultades de implementación**. In: Fundamentos en humanidades, 2003.

BALL, S. J. **Cidadania global, consumo e política educacional**. In: SILVA, L.H. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRAID, L. M. C. **A reconstrução de concepções e práticas docentes: da dicotomia de saberes à lógica da integração curricular em um curso de graduação em Educação Física**. sm/d. Tese (Doutorado) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2002 Portugal.

CUNHA, M. I. da. A Universidade: Desafios Políticos e Epistemológicos. In: CUNHA, M. I. da. **Pedagogia Universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2006.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1987.

FIGUEIREDO, G. **Investigación Acción Participativa: una alternativa para la epistemología social en Latinoamérica**. Revista de Investigación. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376144131014>.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GESSER, V; RANGHETTI, D. S. **Currículo Escolar**. Das concepções histórico-epistemológicas a sua materialização na prática dos contextos escolares. Curitiba: CRV, 2011.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção, da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

LOPES, A. C.- **Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização**. Educação e Sociedade, Campinas.

LOPES, A. C ; MACEDO, E. **Política de currículo no Brasil e em Portugal**.

Porto:profedições, 2008.

MAINARDES, J.- **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas,2006.

MOREIRA, M. A. (2000). **Aprendizagem significativa crítica**. Atas do III Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa, Lisboa.

MOURAO, L. C, et al. **Análise Institucional e Educação**: reforma curricular nas universidades pública e privada. Educação & Sociedade. 2007.

RONZANI, T. M. (2007). **A reforma curricular nos cursos de saúde: qual o papel das crenças?** Revista Brasileira de Educação Médica.

SACRISTAN, J. G. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1985.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. **American Educational Research Association Monograph series on curriculum evaluation**, Chicago:Rand McNally,1967.